



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000360910

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1005053-15.2018.8.26.0001, da Comarca de Guarulhos, em que são apelantes FABIO FERNANDO FERREIRA DA SILVA MORAIS (JUSTIÇA GRATUITA), LEILA FERREIRA DA SILVA MORAIS (JUSTIÇA GRATUITA), VANESSA FERREIRA DA SILVA MORAIS (JUSTIÇA GRATUITA) e KATYA DANIELA FERREIRA DA SILVA MORAIS NUNES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado EMPRESA DE ÔNIBUS GUARULHOS S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), CARLOS RUSSO E MARCOS RAMOS.

São Paulo, 22 de maio de 2020.

LINO MACHADO

Relator

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível n.º 1005053-15.2018.8.26.0001

Apelantes: Fabio Fernando Ferreira da Silva Moraes; Leila Ferreira da Silva Moraes; Vanessa Ferreira da Silva Moraes; Katya Daniela Ferreira da Silva Moraes Nunes

Apelada: Empresa de Ônibus Guarulhos S/A

Comarca: Guarulhos (1ª Vara Cível)

Juiz(a): Ricardo Felicio Scaff

VOTO N.º 44.557

Apelação Cível - Acidente de Trânsito.

A pessoa jurídica ré, no exercício de serviço público de transporte coletivo de passageiros, responde objetivamente pelo dano causado por seus agentes, independentemente de estes terem agido com dolo ou culpa – O dano moral é evidente, uma vez que os autores perderam a mãe, em um atropelamento, de uma maneira trágica e violenta, por culpa do preposto da ré – A quantificação da indenização deve pautar-se pela razoabilidade – Não se há de falar em pensão mensal aos filhos da vítima se já eram maiores de vinte e cinco anos na data do óbito, idade em que se presume já tinham vida independente da de seus pais, conforme ao que vem sendo decidido por esta Câmara.

Recurso provido em parte.

Vistos.

A r. sentença de fls. 389/394 julgou improcedente o pedido inicial. Apela os autores a fls. 398/409. Contrarrazões a fls. 413/424.

É o relatório.

Observo que o caso versa sobre o mesmo acidente discutido na apelação n.º 1005855-23.2018.8.26.0224, distribuída também a esta 30ª Câmara, por dependência, sob a mesma relatoria.

Incontroverso o acidente, tendo o ônibus da ré atropelado a mãe dos autores, a qual morreu em razão das lesões sofridas.

A pessoa jurídica ré, no exercício de serviço público de transporte coletivo de passageiros, responde objetivamente pelo dano causado por seus agentes, independentemente de estes terem agido com dolo

ou culpa, o que importa apenas para assegurar-lhe o direito de regresso contra o responsável (art. 37, § 6º, da CR). Neste sentido o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, na Sessão Plenária de 26 de agosto de 2009, relatado pelo Ministro Ricardo Lewandowski: “I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. II A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado” (RE 591.874). Além disso, “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem” (art. 927, parágrafo único, do CC).

Não se há de falar em culpa da vítima, nem concorrente, tampouco exclusiva. Independentemente se estava na calçada ou na via pública, a culpa foi do preposto da ré, uma vez que o ponto de impacto se deu na esquina da via, no local em que existe uma faixa de segurança. Logo, se o atropelamento tivesse se dado na via, a preferência do pedestre não teria sido observada pelo motorista; e, se o atropelamento se deu na calçada, maior ainda a culpa, situação essa que também seria possível dado ao fato de rua ser extremamente estreita e ser sabido, pela observação daquilo que ordinariamente acontece, que a lateral e a traseira de um ônibus podem, sim, invadir parte da calçada, mesmo que suas rodas permaneçam na via, quando acontece uma conversão difícil como a do caso em tela.

Logo, sem prova de culpa da vítima e diante da responsabilidade objetiva a ré, há o dever de indenizar.

Todavia, não se há de falar em pensão mensal aos autores, filhos da vítima, uma vez que todos eram maiores de vinte e cinco

anos na data do óbito; logo, já tinham atingido a idade presumível, pela jurisprudência, para terem vida independente da de seus pais.

Mas o dano moral é, sim, evidente. Os filhos perderam a mãe, de uma maneira trágica e violenta. A quantificação do dano moral deve pautar-se pela razoabilidade, levando-se em conta o caráter repressivo de novas ofensas por parte do agressor e o caráter compensatório à vítima, considerando-se, ainda, a condição socioeconômica das partes. Diante de tais fatores, de fixar-se a indenização em trinta e cinco mil reais para cada autor.

Por conseguinte, dou provimento, em parte, à apelação para condenar a ré ao pagamento de trinta e cinco mil reais a cada um dos autores, a título de indenização por dano moral, com correção monetária desde a data deste acórdão, conforme à Tabela Prática desta Corte, e incidência de juros moratórios, estes contados da data da morte da vítima, sendo a alíquota dos juros de um por cento ao mês. Arcará a ré com o pagamento de metade das custas e das despesas processuais, isentos os autores do pagamento da fração restante, em razão do benefício da justiça gratuita. Quanto aos honorários advocatícios, a ré pagará aos autores quantia equivalente a doze por cento do valor atualizado da condenação e os autores pagarão à ré honorários fixados em dez por cento da diferença entre o valor da causa e o valor da condenação, ambos atualizados, suspendendo-se a exigibilidade de tal verba, enquanto durar o estado de pobreza.

LINO MACHADO
RELATOR

Assinatura eletrônica